

ELES CAUSARAM A GUERRA CIVIL

O escândalo do mensalão foi a demonstração pública do método que o Partido dos Trabalhadores utilizou para obter governabilidade e impor a sua agenda política. A compra de apoio no parlamento não visava apenas contornar os freios do jogo democrático — como romanticamente advogam alguns militantes do partido —, mas consistia na forma pela qual se concretizaria o projeto de poder de aparelhamento e instrumentalização das instituições.

Visando legalizar institucionalmente suas atividades e normalizar socialmente sua corrupção, o PT acabou criando um ambiente de impunidade e imunidade para criminosos, gerando um terreno fértil para o crescimento do crime organizado. As facções criminosas que se aproveitaram dessa impunidade, longe de se limitarem a alcançar apenas ao lucro por meio do comércio ilícito de drogas nas ruas, passaram a articular impérios transnacionais com amplo domínio territorial. É impossível que organizações que instalam zonas de exclusão com tribunais próprios, monopolizam serviços e cobram taxas não adquiram, inevitavelmente, influência sobre a política.

É possível manter um arranjo institucional funcional diante de tal circunstância, em que, de um lado, políticos querem garantir a impunidade de sua corrupção e, de outro, o crime organizado usufrui de tal benesse?

A atual crise institucional do Brasil deve, portanto, ser diagnosticada como a consequência direta da tentativa contínua de legalizar e proteger as atividades que mantêm o PT no poder. Quando o estamento burocrático se mobiliza para normalizar a corrupção partidária, opera indiretamente em sintonia com os interesses do crime organizado, que hoje se encontra muito bem articulado. O resultado prático dessa convergência é a consolidação de um paradigma de governo por meio da exceção, em que a suspensão e a instabilidade da lei se tornam ferramentas para legitimar e normalizar as atividades ilegais que sustentam tanto o partido como o crescimento das facções.

É precisamente essa sobreposição de poder e a normalização do estado de exceção que instalam no Brasil uma espécie de guerra civil, uma fratura social que os gregos chamariam de stasis — a fratura interna que destrói a unidade cívica, corrói a confiança entre os cidadãos e desestabiliza as instituições. Com o poder público atuando não para defender a soberania, mas para blindar as operações que mantêm o seu próprio domínio, a nação é dividida e colocada em um estado de tensão absoluta. O cidadão comum é despojado das suas garantias e submetido a tribunais do crime e a normas paralelas. A stasis revela-se como um mecanismo de desestabilização, no qual a sociedade civil é estilhaçada para que o consórcio entre a elite política e o narcotráfico mantenha a capacidade de ditar as regras da vida coletiva por meio da coerção e do medo.

Nesse ambiente de guerra civil, com o Estado abdicando da sua autoridade legítima, o crime organizado deixa de atuar apenas na marginalidade para tornar-se, em definitivo, uma unidade política concorrente, uma ameaça à soberania. Essa fratura gera uma guerra fratricida permanente, paralisando as instituições e instaurando a barbárie. O paradigma de exceção torna-se a regra, transformando o Brasil em uma “cidade dividida” — uma pólis em guerra civil —, em que não há proteção do cidadão nem projeto de vida comum.

O PT não pode trazer qualquer solução para a crise institucional do país, pois ele mesmo é parte dessa crise.

- **O escândalo do mensalão institucionalizou** o método de aparelhamento das instituições públicas para blindar esquemas de corrupção e assegurar a hegemonia partidária.
- **A normalização da impunidade política alimentou a expansão territorial de facções criminosas**, convertendo o crime organizado em uma unidade política concorrente que desafia a soberania do Estado.
- **A consolidação de um paradigma de governo por exceção** instaura uma profunda fratura cívica que despoja o cidadão comum de suas garantias fundamentais e paralisa a ordem nacional.

